

**CÂMARA MUNICIPAL**

**DA**

**COVILHÃ**

**TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 14/2014**

Da reunião ordinária pública realizada no dia 20 de Junho de 2014, iniciada às 09:00 horas e concluída às 11,00 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	14
Agenda	14
Aprovação de Actas	14
Balancete	14
Despachos	14
DAG	16
DOP	21
DL	25
DGU	26
DEASS	27
DCJD	28
Intervenção do Público	31
Aprovação em minuta	32
Votação das deliberações	32
Encerramento	32
Montante Global dos Encargos	32

**ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

**ABERTURA**

**ACTA Nº 14/2014**

Aos vinte dias do mês de Junho do ano dois mil e catorze, no Auditório Municipal da Covilhã, sito na Rua do Castelo, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vitor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Nuno Flávio Costa Reis, em substituição de Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

## II- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente após saudar os presentes, declarou aberto o período de antes da ordem do dia e de seguida informou a Câmara do seguinte:

Que reuniu no dia 12 de Junho com o Senhor Secretário de Estado da Saúde na sequência do pedido que lhe tinha formulado face às preocupações acerca da perda de valências do Centro Hospitalar da Cova da Beira, bem como do lhe que estava relacionado em termos de ensino universitário na Faculdade de Ciências Médicas.

Que o Senhor Secretário de Estado, Manuel Teixeira, lhe havia referido a esse propósito que a rede materno-infantil e rede de urgência são excepcionadas relativamente ao que está na Portaria, ou seja não estão abrangidas por aquela, dado que, segundo disse, a vontade e a intenção do legislador não foi a de abranger aquelas duas redes, reconhecendo no entanto que a redacção da Portaria não foi feliz, que não foi suficientemente explícita dando lugar a equívocos, sobretudo porque usa e abusa do advérbio “nomeadamente” e isso dar azo a interpretações mais abrangentes. Que, no entanto, o Senhor Ministro da Saúde já teria proferido ou iria proferir um Despacho para aclarar aquela Portaria, ou seja para a tornar inequívoca relativamente a esta questão que me referiu, ou seja que exclui a rede materno-infantil e a rede de urgência e que ficássemos tranquilos quanto a isso.

Sublinhou no entanto, porque lhe transmiti o sentir da Câmara Municipal e dos principais actores da Região que o que é desejável é a existência do Centro Hospitalar da Beira Interior ou uma outra denominação, ou seja que haja uma rede que inclua as Unidades Locais de Saúde da Guarda e de Castelo Branco para dessa forma termos mais escala, mais rentabilidade, mais racionalidade para que os casos mais complicados tenham que ser atendidos e resolvidos em Coimbra, no fundo para irmos de encontro daquilo que são as reais necessidades dos nossos concidadãos. “O Senhor Secretário de Estado disse-me que é essa também a intenção do Governo. Referiu-me que as Unidades de Saúde da Guarda e de Castelo Branco e o Centro Hospitalar da Cova da Beira devem protocolar entre si a oferta hospitalar da Região; Que o Centro Hospitalar da Cova da Beira e as Unidades Locais de Saúde da Guarda e Castelo Branco devem potenciar a acção do ACES, ou seja devem ganhar entrosamento relativamente às valências em que são fortes; Que os cuidados primários e hospitalares devem trabalhar articuladamente e chamou a atenção para o facto de que está a ser elaborado um plano estratégico onde existe uma carteira de serviços que está a ser trabalhada no âmbito da qual não implica nenhum corte de valências. Reiteradamente referiu esse facto e relativamente à Faculdade, que Portugal precisa dos médicos que saem da Faculdade de Medicina da Beira Interior”.

Continuando o Senhor Presidente disse que obviamente não duvidava, não questionava, nem punha em causa as intenções e a honorabilidade de quem proferia estas declarações e esta conversa, que se lhe havia afigurado totalmente autêntica, mas, verdade seja dita, que por ser jurista e também dever exigir esse rigor, enquanto na nossa ordem jurídica aquela Portaria estivesse a vigorar na forma como está redigida e enquanto pelo menos não existisse um Despacho do Senhor Ministro da Saúde que a aclarasse, que inequivocamente afastasse esse fantasma, a preocupação continuaria a subsistir, referindo, contudo, que a reunião se lhe havia afigurado de muito positiva.

Disse depois que no domínio da Cultura muita coisa está a mexer na Covilhã e por isso felicitar o Senhor Vereador do Pelouro bem como a Divisão de Cultura que estão a fazer

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

um trabalho notável, um trabalho esforçado, com muita imaginação quase não gastando muito dinheiro, em muitos eventos com grande impacto do ponto de vista cultural e que envolve a população, do que destacava a passagem de modelos de vestidos de noiva antigos que teve lugar no passado fim-de-semana, que foi interessantíssimo. Que, não pondo em causa o trabalho de todas as agremiações o que aliás é sempre de louvar e que já nos habituaram a uma grande qualidade, e não querendo particularizar aquelas que habitualmente no domínio da música ou do teatro ou outras artes performativas nos habituaram a grande qualidade, queria no entanto salientar este esforço e este trabalho que é um trabalho que se vem revelando e em crescendo por parte da Divisão de Cultura e que quer o Senhor Vereador quer a Senhora Chefe de Divisão estão de parabéns assim como toda a equipa que os acompanha e que é fundamental. “Salientar também a presença, esta semana, de dois grandes vultos da nossa Cultura. No Café Literário o Jorge Listopad e nas Noites da Biblioteca a Dr<sup>a</sup>. Gabriela Canavilhas que foram dois momentos altos da nossa semana cultural que não queria deixar aqui passar em claro e que é de facto motivo de regozijo.”

A seguir deu a palavra aos Senhores Vereadores que após cumprimentarem todos os presentes, intervieram do modo seguinte:

O Senhor Vereador Joaquim Matias mencionou que o PSD na Câmara da Câmara da Covilhã também havia feito diligências junto dos responsáveis da Saúde manifestando preocupação não só em relação às valências do Centro Hospitalar mas também em relação à Faculdade de Ciências da Saúde, tendo obtido as mesmas garantias que o Senhor Presidente havia referido. Que de qualquer forma, entendia dever estar-se atento dado que, conforme disse, este como outros Governos que o antecederam nem sempre levam por diante aquilo que são as afirmações que fazem em termos de simpatia do momento. “E, tendo em conta que houve uma reunião com o Senhor Secretário e bem, sugeria se ponderasse a possibilidade de enviar uma comunicação oficial por parte da Câmara Municipal ao Senhor Ministro reiterando as nossas preocupações que foram manifestadas numa reunião de Câmara e esperar que o Ministério da Saúde venha fazer a esclarecimento da situação pelo tal Despacho que penso ser importante.”

Referiu depois que por motivo de ausência, não lhe foi possível aceder aos documentos da reunião, isto apesar de os serviços terem a amabilidade de lhes enviar por e-mail, que contudo, disse, não conseguiu abrir, pelo que solicitou que a título excepcional os serviços pudessem prestar os esclarecimentos necessários para poder votar essas matéria, em alguns pontos.

Interveio a seguir o Senhor Vereador José Pinto que disse solidarizar-se com as preocupações manifestadas pelo público presente à reunião; que na passada semana lhe havia sido dado conta via e-mail de uma situação mais precisamente quanto à zona da Nossa Senhora do Refúgio junto ao eixo TCT que faria chegar ao Senhor Presidente, com fotografias elucidativas quanto à problemática daquele espaço no que se refere à prevenção dos incêndios e da necessária limpeza, assim como a necessidade de dotar-se aquele espaço com equipamento que tem todo o nexos de ali ser implementado, dado a maioria dos casais residentes serem jovens com crianças e precisarem de um local para se recrear.

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

Em relação à informação que envolve o Centro Hospitalar disse: ”acho que este Governo já nos habituou a estar precavidos ou minimamente precavidos no que respeita às decisões tomadas. Nunca são para cumprir mas depois quando nos apanham distraídos, se não é num momento é no outro, acabam por levar por diante aquilo que eles pretendem. E à semelhança daquilo que fizemos com as Escolas e indo de encontro à sugestão do Senhor Vereador Joaquim Matias, acho que devíamos fazer algo que manifestasse a nossa preocupação que os condicionasse a esclarecer por escrito sobre aquilo que é efectivamente a vontade política do Governo.”

Seguidamente questionou a Câmara, na pessoa do Senhor Presidente, se havia já alguma reacção relativamente ao Fundo de Apoio Municipal que, segundo disse, havia sido já aprovada no passado dia 5 de Junho, pelo Conselho de Ministros, uma proposta de Lei que estabelece tal regime, o que lhe causava alguma estranheza pelo facto de serem agora Municípios que tenham eles próprios de fazer o financiamento de um fundo de maneiço que depois outros irão usufruir, um fundo que é de 70% da responsabilidade dos Municípios e 30% do Estado.

Que no caso da Covilhã estima-se que o Município tenha que despende 2.113.128,00 euros, quando são já tantas as dificuldades e ter-se ainda que disponibilizar esta verba para esse efeito.”É óbvio que quem estará mais preocupado serão aqueles que nada devem ou têm as suas contas em dia. No ponto de vista da CDU é uma Lei que merece a nossa reflexão e certamente uma tomada de posição, pelo que gostaria de saber se o Senhor Presidente já tem alguma posição definida”

O Senhor Vereador Nuno Reis interveio a seguir referindo a propósito da proposta do Senhor Vereador Joaquim Matias que o Movimento Acreditar Covilhã fez chegar uma carta aberta ao Sr. Ministro da Saúde onde enuncia um conjunto de princípios após reuniões com o Presidente da Faculdade assim como com o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, pelo que propunha, se a Câmara assim o entendesse, que tal enunciado fosse aproveitado para o princípio que o Senhor Vereador Joaquim Matias havia sugerido, com o qual concordava, uma vez que em sua opinião, apesar da reunião do Senhor Presidente com o Senhor Secretário de Estado, a Câmara deveria demonstrar estar unida em relação a esta matéria. Seguidamente leu a carta enviada ao Sr. Ministro da Saúde afora as referências ao MAC, com os considerandos que entendia serem transversais a todos os sectores políticos, cujo texto se transcreve:

“Considerando a publicação da Portaria 82/2014 de 10 de Abril, que classifica o Centro Hospitalar Cova da Beira (CHCB) como pertencente aos Hospitais de Grupo I e as respectivas implicações da lei com perda em 2016, de algumas das valências e serviços que são hoje prestados às populações da região;

Considerando o contexto geográfico da região com existência de aldeias e vilas em completo afastamento dos centros nefrálgicos de decisão;

Considerando o contexto sócio-demográfico da nossa região com altos índices de envelhecimento da população, que nos devem fazer reflectir nas formas de como não devemos afastar dos serviços básicos a satisfação das necessidades das populações mais idosas;

Considerando que o CHCB é hoje uma empresa âncora da região e pilar fundamental, imprescindível e integrante no desenvolvimento de novas áreas de investimento, criação de novas empresas e de postos de trabalho;

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

Considerando a importância do CHCB como Centro Médico Académico, reconhecido internacionalmente pela entidade Certificadora Joint Commission International, e importante núcleo formador e agregador do ensino das áreas da saúde como Hospital nuclear da Faculdade de Ciências da Saúde;

Considerando as melhorias significativas e o elevado incremento de qualidade na prestação de cuidados de saúde do CHCB à população da sua abrangência territorial;

Considerando que a obtenção de resultados práticos na área da saúde merece um planeamento estratégico que não tenha apenas em linha de conta os vectores financeiros;

Considerando que se encontra em discussão e análise do projecto-piloto de criação de um Pólo de Saúde para a Beira Interior, limando as arestas das diferenças na prestação de serviços entre os dois distritos e, respectivamente, entre os dois modelos de administração: Unidades locais de saúde e Centro Hospitalar;

Considerando como prioritária que uma reforma da saúde se inicie em primeira instância pelos organismos e administrações intermédias, por forma a garantir que uma gestão eficaz e eficiente não afasta os cuidados de saúde dos cidadãos numa mera redistribuição de hospitais por grupos hospitalares;

Considerando as declarações públicas do Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Manuel Teixeira, numa cerimónia pública na cidade da Covilhã no passado dia 30 de Maio.

Cumpre-nos solicitar a V. Ex.a que se digne proceder em conformidade com as necessidades e interesses da região em que nos inserimos, mandando revogar a referida portaria ou substituindo-a por outro instrumento legal que permita a manutenção de todas as valências médico-hospitalares necessárias às populações da região onde nos inserimos.”

Continuando a sua intervenção o Senhor Vereador Nuno Reis disse lamentar o facto de no dia anterior a Câmara da Covilhã não ter estado presente na inauguração da Altran, o que considerou um mau sinal a não presença do Sr. Presidente e também enquanto Presidente da Comunidade Intermunicipal.

Que desconhecia se a ausência se deveu a falta de convite ou não, mas que lamentava ver representados vários Municípios, várias empresas com interesse geoestratégico no Fundão, onde alguns empresários internacionais estiveram tentando perceber qual era a mais-valia para esta região e sobretudo para as suas empresas, uma plataforma daquele nível na região da Cova da Beira e que obviamente a questão fundamental para estas empresas seria o incremento do aumento do número de postos de trabalho que tinha a ver com a criação de 400 postos de trabalho que haviam sido ontem anunciados pelo Senhor Vice-Primeiro Ministro Dr. Paulo Portas e pelo Presidente da Câmara do Fundão em conjunto com o Director internacional da empresa Altran.

Que lamentava a não representação da Câmara Municipal da Covilhã, inclusive por quaisquer Vereadores de uma Câmara amiga da região, que não esteve e nem sequer foi anunciada na sessão de cumprimentos aos outros Presidentes.

Questionou depois sobre a auditoria que, segundo disse, o Senhor Presidente havia prometido resultados por alturas da Primavera, e que chegados quase ao Verão todos estariam ansiosos pelos seus resultados, se eles existem efectivamente, por parte da empresa KPMG escolhida para o efeito, pelo que solicitava, caso fosse oportuno, fossem dadas algumas explicações relativamente aos resultados em curso.

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

Fez referência a seguir à questão das transferências para Conferência de São Vicente de Paulo, afirmando que não pode acontecer que por um lado a Câmara Municipal da Covilhã através dos seus serviços referenciem cada vez mais casos que são preocupantes a uma instituição que tem 500 famílias a seu cargo e, por outro lado, que as transferências desde Janeiro não fossem pagas.

Que a Conferência de São Vicente de Paulo vive da generosidade dos seus vicentinos, da própria população e da generosidade da Igreja católica, mas conta com certeza com aquilo que é o apoio da Câmara Municipal, pelo que solicitava esclarecimentos sobre se a situação estaria para ser resolvida brevemente e ao mesmo tempo se assegurasse que essas transferências fossem feitas de forma mais regular mais coincidente com o tempo das necessidades.

Levantou a seguir outras duas questões, uma relacionada com a factura da água dizendo que era também uma das questões que na Primavera já estaria resolvida mas que se continuava a pagar o preço da anterior Câmara e se havia novidades relativamente a este aspecto e a outra, sobre as feiras que eram realizadas na Praça do Município que, em sua opinião, tinham um impacto positivo para os comerciantes locais, inclusive para os sectores de hotelaria, questionando qual o objectivo da Câmara Municipal relativamente a esta matéria, se se mantém ou se se eliminou definitivamente.

A seguir fez referência a uma situação que ocorreu na altura de Março, concretamente o apoio às Cortes do Meio nomeadamente à Associação dos Baldios de Cortes do Meio, que em sua opinião era também um pedido relativamente ao atraso de pagamentos quando temos para aprovar uma série de transferências. “ Houve gastos, houve muitos custos, foi pedido já por diversas vezes apoio à Câmara Municipal exactamente uma frente de trabalho naquela altura imprescindível com aquelas intempéries que todos estamos recordados, e nada mais legítimo que autorizar esses pagamentos, coisa que esta Associação e esta Junta de Freguesia têm pedido por diversas vezes e nada tenha recebido de V. Exa. Portanto acho que relativamente a este aspecto e relativamente às Conferências de São Vicente de Paulo não devemos assumir compromissos de pagamento com outras entidades e instituições quando temos umas que necessitam como pão para a boca das nossas transferências. E portanto sensibilizar os Vereadores José Pinto e Joaquim Matias exactamente para este aspecto. Independentemente das nossas crenças religiosas e inclusivamente dos nossos ideais políticos, as Conferências de São Vicente de Paulo, como digo, e desafio-os a acompanhar o trabalho que muitos voluntários fazem nesta associação, que é absolutamente imprescindível. Portanto a Câmara não pode dar um sinal de transferências para associações recreativas quando tem gente que passa fome e não ajuda a associação que lhes mata a fome.”

Usou a seguir da palavra o Senhor vereador José Pinto que no âmbito do problema que envolve o Centro Hospitalar, informou a Câmara que na 2ª. feira seguinte a Senhora Deputada do PCP Paula Santos iria estar no Concelho indo reunir com a Direcção do Centro Hospitalar e também com os Senhores Presidentes de Junta que se preocupam com o encerramento das Escolas no nosso concelho, onde, disse, iriam ter a oportunidade ouvir no conjunto, de viva voz, e fazer chegar estas preocupações via Assembleia da República.

Disse ainda que em relação à intervenção do Senhor Vereador do Movimento Acreditar que não precisava de apelar à sua sensibilidade porque, segundo disse, ela está por

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

natureza e de há muito virada para estas questões, apenas ressaltando a necessidade de clarificar-se aquilo que há muito vinha dizendo no que respeita à criação de critérios para atribuição de subsídios que continua a fazer-se de forma avulsa sem qualquer tipo de critérios, do que mais à frente se pronunciaria.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse registar também o pedido de sensibilização por parte do Senhor Vereador Nuno Reis em relação às Conferências Vicentinas, sobre o que disse estar mais que sensibilizado porquanto também era responsável pelo Banco Alimentar da Cova da Beira estando intimamente interligado com a instituição Conferências de São Vicente de Paulo.

Relativamente à intervenção do mesmo Vereador quanto ao envio de uma comunicação ao Senhor Ministro da Saúde, disse esperar que qualquer documento que saia da Câmara não venha a servir de bandeira deste ou daquele eleito do Município. “Eu acho que em tudo aquilo que for possível fazer em benefício do concelho da Covilhã deve deixar-se de lado os partidos políticos e também o Movimento, os interesses de cada um que nos suportam em termos de eleição. De maneira que eu desejo que o documento que se faça seja um documento que de alguma forma não vincule os objectivos de um movimento ou de um partido mas que nos vincule a todos e em força.”

Em resposta às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que relativamente à problemática do concelho e da região, no concerne às questões ligadas à Saúde, que comungava das preocupações aduzidas e das sugestões produzidas pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, entendendo que deveria elaborar-se um documento que seja de facto objectivo que seja claro, abrangente, que coloque todas as questões que estão em cima da mesa e que no que diz respeito à carga política esta tem que ser obviamente retirada. “É uma decisão do órgão que é pluripartidário, onde existem várias sensibilidades devendo ser um documento que traduza muito claramente a posição de força que é a do nosso Executivo.”

No que diz respeito às Conferências Vicentinas disse que o ponto da situação é que em Maio haviam sido pagos os subsídios anteriores, e por isso haver um desfasamento na informação do Senhor Vereador. Que o que está em causa era um novo protocolo relativo ao presente ano que, obviamente desejava concretizar através de transferência mensal automática, do que já havia dado instruções neste sentido aos serviços competentes. Que esta preocupação social não é exclusiva ou apanágio de ninguém uma vez que dela todos comungam e que o dinheiro empregue e que é urgente fazer chegar às conferências ajudará efectivamente as famílias mais carenciadas.

Ainda em resposta às questões colocadas e relativamente à auditoria financeira às contas da Câmara disse que também desejaria que já estivesse feita há 3 ou 4 meses; que, contudo, se compreendia que num Município com a dimensão do da Covilhã as coisas seriam mais complexas, tanto mais que existem pontas soltas e surpresas diárias o que obriga a que auditoria tenha que ser objecto de actualização, o que nem sempre seria fácil, pelo que tendo por referência a intervenção do Senhor Vereador Nuno Reis, comentou:” mas queremos que a sua ansiedade deixe de ser ansiedade e passe a ser preocupação porque devemos estar todos preocupados com a saúde financeira do nosso Município.”

Que, ainda a propósito da saúde financeira dos Municípios, esta situação entronca no que havia sido trazido e bem à colação pelo Senhor Vereador José Pinto relativamente



## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

ao Fundo de Apoio Municipal, ou seja que é de facto inacreditável que o Governo ou Governos da República resolvam problemas de buracos financeiros como foi o do BPN e agora o Governo Central em vez de proceder de forma idêntica em relação aos buracos financeiros criados por autarcas que foram irresponsáveis ao longo dos anos, que gastaram mais do que o que tinham e que deixaram os Municípios no estado em que eles se encontram, venha exigir que nestes casos e ainda mais chocante por parte de quem não contribuiu para isso, de quem não geriu mal e de quem de novo está nas autarquias e as encontrou neste estado, tenha que contribuir com 70% para esse Fundo de Apoio Municipal. “É de facto perfeitamente escandalosa esta situação, com a agravante de não obstante a nossa situação, sermos o 52º. Município que mais contribuirá para este Fundo de acordo com o plano estabelecido pelos partidos do Governo que a querem fazer aprovar ou já estará aprovada pela Assembleia da República e que, note-se, a Câmara da Covilhã, em cinco anos, participará com 2.113.124.00 €, uma média anual de 422.000 €. Acho isto inacreditável.

Aliás estive na reunião do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, onde estavam em debate duas propostas, uma muito extremada e outra que dava cobertura a esta situação e que conjuntamente com outro Presidente de Câmara fomos os únicos que não votámos nem uma nem outra proposta, porque pessoalmente acho que isto é inaceitável. Significa que é um paradoxo que um Município que está em situação económica difícil, que precise de assistência financeira, que esteja em reequilíbrio ou em saneamento financeiro ainda tenha que contribuir para os outros Municípios. Onde é que está a solidariedade? Isto é uma perversão da solidariedade.

Aliás existe em termos de Lei das Finanças Locais um Fundo de Coesão que já cobre essa mesma solidariedade. Acho que de facto esta Lei é no mínimo escandalosa porque obriga por um lado a quem está sob assistência ter que contribuir e para aqueles que o não estando, mas estão na iminência de o estar poderem cair nela porque têm que contribuir.”

Continuando disse: “Relativamente à ausência na inauguração dessa importante empresa cuja fixação no concelho vizinho saudamos, porque ela é importante para a região, para o Fundão, para a Covilhã, para a Cova da Beira, para a Comunidade Intermunicipal, só temos é que nos regozijar por ela estar presente e poder de facto ter esse alcance e essa empregabilidade que referiu.

Eu é que lamento pelo facto de o Senhor Vereador ter colocado a questão como colocou. Antes de lamentar podia perguntar-me porque não estive presente. Dá logo um passo em frente, condena sem contraditório. Nós temos que ser sempre justos com as pessoas quando tomamos uma posição. Não estive, tive a honra de ser convidado, expliquei ao meu ilustre colega da Câmara Municipal do Fundão as razões porque não podia estar presente. A CIM esteve representada. Aliás, uma das razões de agendamento prévio inadiáveis que me impediram de lá estar teve a ver com a preparação de uma importante reunião que ontem mesmo teve lugar relativamente à Comunidade Intermunicipal.

A não ser que seja pelo facto de não ter ido cumprimentar o Presidente do seu Partido. Só se foi por isso.”

O Senhor Vereador Nuno Reis interrompeu voltando a perguntar porque é que a Câmara não se fez representar.

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

O Senhor Presidente respondeu: “Sabe quantos Vereadores em exercício a Câmara tem? Saudar vivamente como estou a fazê-lo aqui, com toda a frontalidade e com todo o sentido de solidariedade e regozijo que temos que ter, é o suficiente. Não precisamos de tecer loas e tocar violino, nem ir ao beija-mão de ninguém. O importante é a gente na hora certa dizer o que tem que dizer, porque alguns vão ao beija-mão e pensam o contrário e não o dizem aquilo que pensam.”

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Jorge Torrão a quem solicitou para esclarecer também a questão das feiras.

O Senhor Vereador Jorge Torrão disse reiterar as respostas dadas quanto às preocupações acerca das Conferências de São Vicente de Paulo, preocupações que entendia serem de toda a Câmara e da comunidade e não património de nenhum Vereador; que as Conferências têm realizado um trabalho extraordinário ao longo dos tempos e que só estaria bem quando as Conferências tivessem os seus problemas equilibrados.

Em relação às Feiras do Pelourinho referiu que existe um novo figurino que está a ser idealizado ou seja a de menos feiras no Pelourinho e mais feiras nas Freguesias.

Que esta mudança do centro nevrálgico das Feiras que estavam no Pelourinho foi estudada, ou seja que os impactos no comércio local não eram aqueles que eram ditos e que não reflectiam os grandes custos operacionais e logísticos, como se pensava; que por outro lado se aproveitou para levar as feiras para outras zonas nevrálgicas da cidade como foi o caso da Feira do Desporto realizada numa zona que nunca tinha sido aproveitada para o efeito e que teve um êxito e um impacto interessantes. Que este trabalho tem sido levado a efeito com dedicação e com o esforço dos funcionários da Câmara, sejam operários ou pessoal qualificado, que através da sua operacionalidade e com os meios logísticos que a Câmara dispõe, se têm feito feiras nas Freguesias com muita repercussão não só local, como também fazendo cruzar interesses do urbano para as freguesias com resultados positivos.

Retomando a palavra o Senhor Presidente disse em relação às questões referidas sobre a Freguesia de Cortes do Meio, ter estado ainda anteontem ente as 16,00 e as 22,30 horas na referida freguesia onde se inteirou de todos os problemas que lá existem, os constrangimentos e reindicações, e acompanhado com o Sr. Presidente da Junta todos os assuntos atinentes que procuraria solucionar dentro das dificuldade e dos constrangimentos financeiros com que a Câmara se debate.

O Senhor Vereador Nuno Reis pediu de novo a palavra questionando o Senhor Presidente quanto ao novo mapa judiciário de Portugal, nomeadamente se em relação a esta matéria estariam a ser feitas algumas diligências no sentido de dialogar com o Ministério da Justiça e, também a este nível, se os advogados teriam que mudar-se para Castelo Branco, tendo em conta as deslocações que os advogados da Covilhã terão de fazer para irem a Castelo Branco a defender processos.

Por último, disse que relativamente às referências feitas pelo Senhor Presidente quanto ao beija-mão, que não tinha sido isso que havia sido pedido; que nesta matéria há laços de cordialidade com o Município vizinho que mereciam a sua presença.

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

O Senhor Presidente interrompeu o orador, dizendo: “O Senhor Vereador não me dá lições de cordialidade. Vai-me desculpar mas, do Senhor eu não aceito lições de cordialidade. Se alguém é cordial e prima pela cordialidade sou eu que não obstante algumas desinteligências, as soube ultrapassar e tenho a grandeza de alma e de espírito para as ultrapassar. Não aceito observações dessas provindas do Senhor e dizer-lhe já agora que gostava que dissesse que se sentia indignado, tanto mais que faz parte de um Conselho de Administração de um Hospital, que quando veio o Secretário de Estado da Saúde à Covilhã, o Senhor Vereador, tão zeloso, tão cioso que é da cordialidade e do protocolo dissesse ao Senhor Secretário de Estado que na Covilhã existe uma Câmara Municipal, que não é uma Freguesia ou uma anexa de outra Câmara e, portanto, que recomendasse ao Senhor Secretário de Estado que desse uma palavrinha ao Presidente da Câmara. E aproveito para dizer que a primeira coisa que fez quando entrei no seu gabinete foi penitenciar-se e justificar-se quanto ocorrido.”

Interveio a seguir o Senhor Vereador Nelson Silva que após pedir desculpa pelo seu atraso à reunião, disse que iria ser muito sucinto na sua intervenção em relação a um conjunto de questões sobre as quais desejava obter resposta, do que juntou os respectivos requerimentos que entregou aos serviços administrativos para o devido encaminhamento, e que versaram sobre:

- Resolução dos problemas causados pelas condições climatéricas extremas, ocorridas na Freguesia de Cortes do Meio no mês de Março, designadamente sobre apoio financeiro previsto no âmbito da protecção civil e do plano municipal de emergência para minimizar tais prejuízos, inventariação dos danos e cedência de equipamento para desobstrução de caminhos rurais afectados.
- Reorganização hospitalar e impactos no centro Hospitalar Cova da Beira, designadamente as questões relacionadas com a Portaria nº. 82/2014, as diligências efectuadas pela Câmara Municipal no que concerne à reunião pedida ao Ministério da Saúde, as valências que eventualmente o Centro Hospitalar deixará de exercer.
- Execução orçamental das rúbricas das receitas relativamente à constatação de divergências negativas na arrecadação de receitas em relação ao programado no Orçamento, designadamente quais as rubricas onde tal se verifica, os impactos financeiro e de tesouraria, as medidas correctivas tomadas, bem como o impactos nas Grandes Opções do Plano, bem como os impactos na componente da despesa.
- Verba inscrita nas Grandes Opções do Plano para a construção do Centro Interpretativo da Cereja na Freguesia do Ferro, projecto apoiado pelo PRODER e cujas obras estão a decorrer, designadamente quanto à previsão da data de assinatura do protocolo de apoio com a Freguesia do Ferro relativamente à comparticipação da Câmara Municipal no montante de 30.000,00 €.
- Dotação Orçamental para a construção do Lar de Idosos e Centro Comunitário do Peso, designadamente quanto à previsão da data de assinatura do protocolo de apoio com o Centro Comunitário do Peso relativamente à comparticipação da Câmara Municipal no montante de 30.000,00 €.

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

- Encerramento de Estabelecimentos de Ensino e Reorganização do Ensino Superior, designadamente quanto às diligências desenvolvidas junto do Ministério da Educação para manter estes estabelecimentos, se existe algum plano e dentro do que é reorganização do Ensino Superior o que é que está a ser feito, nomeadamente quanto ao futuro da Universidade da Beira Interior, das suas faculdades e cursos.

Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Vereador Nelson Silva relativamente à reorganização hospitalar e impactos no Centro Hospitalar Cova da Beira, assunto sobre o qual a Câmara havia acabado de discutir sem a presença do referido Vereador, o Senhor Presidente da Câmara disse que oportunamente lhe daria conta da situação para não sobrecarregar os Senhores Vereadores com a repetição do assunto.

Relativamente à questão da receita disse que efectivamente existe a preocupação de um desvio significativo em relação ao previsto no orçamento, cujo esclarecimento seria concretizado em termos de informação pelos competentes serviços face ao requerimento apresentado.

Em relação ao Centro Interpretativo da Cereja e Lar do Peso disse comungar das preocupações manifestadas e que apesar da escassez de verbas, as quais têm de ser geridas parcimoniosamente, a Câmara não deixará de cumprir, a não ser que seja de todo impossível, os *timings* que estão previstos relativamente às participações,

Quanto à questão das Escolas disse que o Sr. Vereador do Pelouro e a Divisão de Educação têm sido incansáveis nesta área, conjuntamente os Srs. Presidentes de Junta no que diz respeito à questão das Escolas do ensino básico, trabalho que é público e é notório, intenso de grande preocupação, de grande cuidado e que prosseguirá se bem que ainda não existem conhecidas decisões, esperando-se que elas sejam a contento daquilo que reivindicamos. Que quanto ao problema do Ensino Superior isso tem a ver com o Governo e já constatei que o Governo não sabe o que quer para o Ensino Superior na região. “Estive numa reunião em que estava presente o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, o Senhor ministro da Educação, o Senhor Ministro Poiares Maduro a quem questionei sobre o que é que entendiam por rede de ensino superior na nossa região, e emiti a minha opinião, perante vários Reitores e Presidentes de Politécnicos, disse-o e reitero-o aqui qual é que é a minha opinião, que é a de que a reestruturação da rede de ensino superior na nossa região passa por integrar, de forma articulada, os Politécnicos na Universidade mas respeitando sempre o “ADN”, a especificidade de cada instituto politécnico, respeitando a sua autonomia e a sua feição, no fundo. E eu acho que é possível articular estas três importantes Instituições do Ensino Superior na região. Esta a opinião que deixei lá, mas não ouvi do Governo a opinião unânime e a opinião unânime dos responsáveis do Ensino Superior. É que o Governo se sabe o que quer não do diz, mas suspeita-se do que é que quer.

Aliás quando faço esta crítica também saliento um facto positivo que é o facto de o Governo ter erigido o Ensino Superior no Interior do País como instituições do ensino superior privilegiadas na medida em que prevê bolsas generosas para os estudantes designadamente dos provenientes do estrangeiro e sobretudo dos provenientes dos

#### **ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

PALOPs que eu acho que é uma medida positiva que também saúdo e já tive a oportunidade de saudar noutras ocasiões.”

Quanto às restantes questões o Senhor Presidente informou o Senhor Vereador que oportunamente ser-lhe-á dada a pertinente informação.

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou se a informação que irá ser fornecida ao Sr. Vereador Nelson Silva seria diferente àquela dada aos restantes Vereadores nesta reunião.

O Senhor Presidente respondeu que a informação a dar ao Senhor Vereador será dada igualmente aos restantes Vereadores sendo esta uma forma de colaboração pró-activa com toda a Câmara para que conheçam efectivamente as realidades com que se deparam as finanças municipais e outras situações.

Para terminar e sobre a questão da Justiça de que havia falado o Senhor Vereador Nuno Reis, referiu que o Executivo e ele em particular, porque possuía essa sensibilidade por natureza da profissão de advogado, “sendo verdade que nos preocupa muito a desclassificação que foi feita no nosso Tribunal. Todos os tribunais do distrito de Castelo Branco foram secundarizados relativamente ao tribunal que está sediado na capital de distrito e portanto as acções de maior valor e aquelas cujos processos que incorporam questões mais complicadas serão decididos em Castelo Branco. Continua a ser uma Lei preocupante.”

Ainda relativamente a esta matéria informou que, conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara de Belmonte, haviam elaborado um documento conjunto no fundo para protestar relativamente a esta questão, documento que tinha remetido também ao Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão para que esta acção tivesse mais força ao nível da Cova da Beira, do qual aguardava resposta.

### **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **1. AGENDA**

**Foi mantida a ordem de trabalhos da reunião.**

#### **2. APROVAÇÃO DE ACTAS**

A Senhora Dr<sup>a</sup>. Graça Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral informou que o texto da acta da última reunião realizada a 6/06/2014, ainda não foi distribuído aos Senhores Vereadores, pelo que seria presente à próxima reunião.

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **3. BALANCETE**

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.077.303,02 € (um milhão e setenta e sete mil, trezentos e três euros e dois cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 107.103,23 € (cento e sete mil, cento e três euros e vinte e três cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 970.199,79 € (novecentos e setenta mil, cento e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos).

#### **4. DESPACHOS**

Presente à reunião para efeitos de ratificação, ao abrigo do disposto no n.º 4 do art.º 6º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Covilhã, em vigor, despachos exarados pelo Chefe de Divisão de Finanças, no âmbito da Delegação de Competências conferida pelo Despacho n.º 42-A/2013, de 11 de Novembro, nas datas e com o conteúdo seguinte:

06/06/2014 - Concede autorização a Maria de Lurdes Alves Boavida Urbano, para prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial do Bar Birras, no dia 06 de Junho de 2014 das 02,00 às 04,00 horas, ao abrigo do n.º 4 do art.º 6º do Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã.

#### **ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

12/06/2014 - Concede autorização a Maria de Lurdes Alves Boavida Urbano, para prolongamento de horário de funcionamento do estabelecimento comercial do Bar Birras, no dia 13 de Junho de 2014 das 02,00 às 04,00 horas, ao abrigo do n.º 4 do art.º 6.º do Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã.

**A Câmara, com as abstenções dos Senhores Vereadores José Pinto e Joaquim Matias, deliberou ratificar os despachos.**

**O Senhor Vereador Joaquim Matias declarou que a sua abstenção vinha na sequência das suas intervenções relativamente à necessidade de revisão do Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã adaptando-o às novas realidades.**

## **5.1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

### **a) Ocupação de espaço público com esplanada**

Presente informação n.º 228/2014, de 06/06/2014, do Serviço de Taxas e Licenças sobre o requerimento de Maria Rosa Silva Carrola Carapito, em que solicita a ocupação de espaço público, com uma área de 10 m<sup>2</sup> para a instalação de um estrado de apoio à esplanada, sita na Avenida da Anil, 1, na Covilhã, por um período de um ano.

O Senhor Dr. Júlio Costa, Chefe da Divisão de Finanças informou tratar-se de um pedido de instalação de um estrado para esplanada de apoio a um estabelecimento de bebidas que anteriormente havia sido proposto o seu indeferimento, cuja localização irá ocupar espaço público nomeadamente zona verde ajardinada o que provocará a sua destruição.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que o processo não indicava nenhuma proposta de decisão, designadamente informação quanto ao prazo de utilização da instalação do estrado da esplanada e os efeitos inerentes no que respeita à protecção dos bens do domínio público e salvaguarda dos direitos de condomínio e dos residentes.

O Senhor Presidente disse comungar das preocupações, propondo que o assunto seja presente à próxima reunião tendo em vista a análise e o aprofundamento da questão para salvaguarda do interesse público.

**A Câmara deliberou retirar este assunto para melhor análise e posterior decisão.**

### **b) Protocolos de apoio**

#### **- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Covilhã**

Presente proposta do Senhor Presidente com data de 13/06/2014, submetendo à aprovação a celebração de um protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Covilhã, tendo como objecto o apoio a esta instituição com géneros alimentares, entregando a Câmara Municipal 1.000 litros de leite, documento apenso à acta.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Covilhã, tendo como objecto o apoio a esta instituição com géneros alimentares, entregando a Câmara Municipal 1.000 litros de leite.**

#### **- Centro Cultural e Desportivo Académico dos Penedos Altos**

Presente informação n.º 79, do Serviço de Património Municipal, datada de 16/04/2014, propondo a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e o Centro Cultural e Desportivo Académico dos Penedos Altos, tendo como objecto a



#### **ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

cedência de uma parcela de terreno com 980,00 m<sup>2</sup>, junto à sua sede social, por um período de 50 anos.

O Senhor Vereador José Pinto disse concordar com a cedência deste espaço dado evitar que o Município tenha que assumir despesas com a sua manutenção, alertando no entanto que este precedente poderá eventualmente ter que vir a aplicar-se em idênticas situações que possam ocorrer.

O Senhor Presidente disse não haver razões para ser-se injusto no futuro e decidir-se de forma diferente; que se as razões forem ponderosas a Câmara decidirá conforme os casos; que não se trata de abrir qualquer precedente visto que a situação em causa tem a ver com um terreno que está devoluto, sem utilidade superveniente.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que é de elementar justiça que se faça esta cedência, até porque foi permitido à colectividade construir na sua sede um acesso ao referido terreno.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e o Centro Cultural e Desportivo Académico dos Penedos Altos, tendo como objecto a cedência de parcela de terreno com 980,00 m<sup>2</sup>, junto à sua sede social, por um período de 50 anos.**

#### **- Centro Cultural e Desportivo Académico dos Penedos Altos**

Presente informação n.º 122, do Serviço de Património Municipal, datada de 27/05/2014, propondo a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e o Centro Cultural e Desportivo Académico dos Penedos Altos, tendo como objecto a cedência de equipamento desportivo constituído por courts de ténis, por um período de 5 anos, renovável por idêntico período.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e o Centro Cultural e Desportivo Académico dos Penedos Altos, tendo como objecto a cedência de equipamento desportivo constituído por courts de ténis, por um período de 5 anos, renovável por idêntico período.**

#### **- Lions Clube da Cova da Beira**

Presente informação n.º 129, do Serviço de Património Municipal, datada de 03/06/2014, propondo a aprovação de aditamento ao protocolo de cedência de instalações celebrado entre o Município da Covilhã e o Lions Clube da Cova da Beira, em 28/06/2012, tendo como objecto a cedência da cave do prédio urbano, sito em Quinta da Alâmpada, Lote 28, freguesia de Boidobra, inscrito na matriz urbana sob o artigo 1.571-A e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00663/230899-A (Boidobra), em regime de comodato, pelo prazo de 10 anos, renovável por idêntico período.

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o aditamento ao protocolo de cedência de instalações celebrado entre o Município da Covilhã e o Lions Clube da Cova da Beira, em 28/06/2012, tendo como objecto a cedência da cave do prédio urbano, sito em Quinta da Alâmpada, Lote 28, freguesia de Boidobra, inscrito na matriz urbana sob o artigo 1.571-A e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00663/230899-A (Boidobra), em regime de comodato, pelo prazo de 10 anos, renovável por idêntico período.**

### **- Sojitz Beralt Tin and Wolfram (Portugal) SA**

Presente minuta de adenda ao protocolo de colaboração celebrado em 13/02/2013 entre o Município da Covilhã e a Sojitz Beralt Tin and Wolfram (Portugal), S.A., ratificado por deliberação de 26/02/2013, no âmbito das obras de requalificação da EM 512, estabelecendo um aumento do valor da comparticipação por parte da empresa mineira atendendo ao carácter plurianual da execução das obras e apontando-se como data da conclusão das obras de requalificação do acesso rodoviário o dia 31/12/2015.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado em 13/02/2013 entre o Município da Covilhã e a Sojitz Beralt Tin and Wolfram (Portugal) S.A., no âmbito das obras de requalificação da EM 512, estabelecendo um aumento do valor da comparticipação por parte da empresa mineira atendendo ao carácter plurianual da execução das obras e apontando-se como data da conclusão das obras de requalificação do acesso rodoviário o dia 31/12/2015.**

### **c) Responsabilidade civil extracontratual – indemnização por danos**

Presente reclamação de Dulcina Maria Barros dos Reis, datada de 27/03/2014, solicitando indemnização por danos na sua viatura ligeira provocados por actos de vandalismo no dia 26/03/2014, que se encontrava estacionada no Silo Auto do Mercado Municipal, acompanhada da participação efectuada junto da Policia de Segurança Pública e orçamento para a reparação da mesma.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que a situação lhe levantava algumas dúvidas e interrogações, designadamente quanto à existência de algum aviso alertando os utilizadores do estacionamento quanto à responsabilidade por danos nas viaturas. Que, por outro lado, a situação conforme estava descrita, em sua opinião, não era para si convincente quanto aos danos terem sido ou não provocados no local, apesar de haver um auto de ocorrência da autoridade policial; que a decisão deveria ser muito bem ponderada para não criar-se um precedente e que inclusivamente deveria ter-se em conta uma apreciação mais em concreto quanto ao real valor dos danos, não bastando, segundo disse, apenas a apresentação de um orçamento de uma única empresa reparadora.

A Senhora Dr<sup>a</sup>. Graça Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral, disse que a proposta de indemnização derivava apenas do facto de a responsabilidade pela segurança do referido espaço ser do Município.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

O Senhor Presidente disse que a situação também lhe causava alguma estranheza pelo que propôs a retirada do assunto de modo a que se aprofundasse melhor a questão, nomeadamente para que os serviços diligenciassem no sentido de apurar a responsabilidade e o nexó de causalidade subjacente a este caso concreto para depois se decidir.

O Senhor Vereador José Pinto disse que independentemente do que havia sido já referido, deveria haver maior prevenção para que alguns dos argumentos que possam vir a imputar responsabilidade à Câmara, pudessem ser evitados, nomeadamente o período alargado em que o referido espaço não foi gerido de forma eficaz, em que não houve cobrança de tarifas de estacionamento, situação que poderia ter estado na origem do problema.

**A Câmara deliberou agendar este assunto para próxima reunião de modo a que se aprofunde melhor a questão, nomeadamente para que os serviços diligenciem no sentido de apurar a responsabilidade e o nexó de causalidade subjacente a este caso concreto.**

### **d) Liberalização temporária dos horários dos estabelecimentos comerciais**

Presente informação n.º 214/2014, datada de 02/06/2014, da Secção de Taxas e Licenças, respeitante à liberalização dos horários de funcionamento previstos no Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã até ao dia 30 de Setembro de 2014.

**A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, e em resposta às necessidades dos comerciantes e empresários do concelho e com o intuito de fazer face às dificuldades causadas pela actual conjuntura económica, deliberou aprovar a liberalização dos horários de funcionamento previstos no Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho da Covilhã até ao dia 30 de Setembro de 2014, encarregando os serviços de publicitar a deliberação no Boletim Municipal, na página oficial da Câmara Municipal na internet e nos locais de estilo habituais, bem como da comunicação às associações empresariais, entidades fiscalizadoras e de segurança pública.**

### **e) Locação do Restaurante do Jardim do Lago – prorrogação da duração do contrato**

Presente requerimento de Vitor Manuel Nunes Saraiva, datado de 03/06/2014, solicitando a renovação do contrato de locação do estabelecimento comercial Restaurante Jardim do Lago, pelo prazo de um ano, com início a 01/08/2014.

**ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

**A Câmara, por unanimidade, deliberou prorrogar por um ano o contrato de locação do estabelecimento comercial Restaurante do Jardim do Lago, em que é locador o Senhor Vítor Manuel Nunes Saraiva, com início a 01/08/2014.**

- f) Gestão de recursos humanos – aditamento ao contrato tripartido de cedência de interesse público – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela**

Presente aditamento ao contrato tripartido de cedência de interesse público, celebrado entre a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – CIM, o Técnico Superior Engenheiro Paulo Sérgio Marques da Silva Carreiro, trabalhador do Município da Covilhã e o Município da Covilhã, celebrado em 15/01/2009, em virtude da fusão da Comurbeiras – CIM com a CIM da Serra da Estrela.

**A Câmara tomou conhecimento.**

## **5.2 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO**

### **a) Recepções definitivas**

#### **Construção do Parque da Goldra e Avenida do Biribau – Segunda Fase**

A coberto da informação n.º 321, de 29/05/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

O Senhor Vereador Nelson Silva disse que o Parque da Goldra apresenta problemas e deficiências bem patentes e do conhecimento de todos, situação que lhe parecia não ter sido tida em conta no auto de vistoria agora presente à reunião.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira esclareceu que o auto de vistoria para efeitos de recepção definitiva correspondia unicamente aos trabalhos realizados na 2ª. fase daquela obra. Que as deficiências referidas pelo Senhor Vereador respeitavam à obra principal cujas vistorias foram tempestivamente presentes à Câmara, estando a decorrer os procedimentos administrativos adequados à resolução dos problemas.

**A Câmara, com as abstenções dos Senhores Vereadores José Pinto e Joaquim Matias e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva da obra de construção do Parque da Goldra e Avenida do Biribau – Segunda Fase.**

### **b) Trânsito e sinalização**

#### **Rua da Indústria – Cantar Galo**

Presente a informação n.º 27/2014 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 02/06/2014, acompanhada de Estudo de Regulamentação de Trânsito da Rua da Indústria.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Estudo de Regulamentação de Trânsito da Rua da Indústria em Cantar Galo.**

#### **Rua da Liberdade - Bairro S. Vicente de Paulo**

Presente a informação n.º 28/2014 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 02/06/2014, acompanhada de Estudo de Regulamentação de Trânsito para a implantação de bandas redutoras de velocidade (lombas), na Rua da Liberdade – Bairro S. Vicente de Paulo em Cantar Galo.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Estudo de Regulamentação de Trânsito para a implantação de bandas redutoras de velocidade (lombas), na Rua da Liberdade – Bairro S. Vicente de Paulo em Cantar Galo.**

**Largo da Calçada de St.º André – Covilhã**

Presente informação n.º 30/2014, do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 04/06/2014, propondo, a requerimento da empresa Ramos Sena, Lda., a atribuição de um lugar de estacionamento para cargas e descargas, junto ao seu estabelecimento, no Largo da Calçada de St.º André – Covilhã.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à colocação de um sinal vertical de informação H1a (estacionamento autorizado), complementado com placa adicional, com a indicação “Cargas e Descargas das 9 às 19 Horas – Períodos de 15 minutos – 1 Lugar”, no Largo da Calçada de St.º André – Covilhã.**

**Rua da Corredoura – Covilhã**

Presente informação n.º 31/2014, do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 04/06/2014, propondo, a requerimento de Olga Proença, a atribuição de um lugar de estacionamento para cargas e descargas, junto ao seu estabelecimento, na Rua da Corredoura – Covilhã.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à colocação de um sinal vertical de proibição C15 (estacionamento proibido), complementado com placa adicional, com a indicação “Excepto Cargas e Descargas das 9 às 19 Horas”, retirando o sinal ali existente e proceder à colocação de sinal vertical de proibição C2 (estacionamento proibido), complementado com placa adicional, com a indicação “Excepto Residentes e Serviços Municipais”, na Rua da Corredoura – Covilhã.**

**Rua João XXIII – Canhoso**

Presente informação n.º 32/2014, do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 06/06/2014, propondo, a requerimento da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, a atribuição de um lugar de estacionamento para cargas e descargas, em frente ao estabelecimento comercial “Beiratérmica”, sito na Rua João XXIII em Canhoso.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à colocação de dois sinais verticais de informação H1a (estacionamento autorizado), complementados com placa adicional com a indicação “2 Lugares” e a colocação de um sinal vertical de informação H1a (estacionamento autorizado), complementado com placa adicional com a indicação “Cargas e Descargas das 9 às 19 Horas – Períodos de 15 minutos – 1 Lugar” na Rua João XXIII em Canhoso.**

- c) **Ampliação de iluminação pública na variante à EN-18 (troço entre o entroncamento do Ferro e Souto Alto)**

## ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014

Presente informação n.º 33 do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 05/06/2014, propondo a ampliação de iluminação pública na variante à EN-18 (troço entre o entroncamento do Ferro e Souto Alto), a aprovação do orçamento apresentado pela EDP, entidade concessionária de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do concelho da Covilhã e a autorização da respectiva despesa, no valor de 8.590,01 €, IVA incluído.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou ampliar a iluminação pública na variante à EN-18 (troço entre o entroncamento do Ferro e Souto Alto), aprovar o orçamento apresentado pela EDP, entidade concessionária de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do concelho da Covilhã e autorizar a respectiva despesa, no valor de 8.590,01 €, IVA incluído.**

### **d) Empreitada de reabilitação de dois imóveis municipais sitos na Rua João Mendes Alçada Paiva e Rua Gregório Baltazar – accionamento da caução**

Presente a informação n.º 329 de 03/06/2014, da Divisão Obras acompanhada de auto de vistoria à obra de reabilitação de dois imóveis municipais sitos na Rua João Mendes Alçada Paiva e Rua Gregório Baltazar realizada em 03 de Junho de 2014, onde se conclui que foram encontradas deficiências da responsabilidade do empreiteiro, nomeadamente infiltrações de água nas paredes exteriores provenientes da cobertura e pintura manchada em paredes e tectos no interior do edifício na Rua Gregório Baltazar, n.º. 23, deficiências que o empreiteiro não corrigiu na sequência da vistoria realizada em 18/3/2014, pelo que propõe o accionamento da caução prestada no respectivo contrato, e, tendendo à correcção daquelas deficiências, a consulta ao mercado para o efeito.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimentos sobre se a Câmara iria ou não recorrer à garantia geral de credores no caso de o valor da caução ser inferior ao custo das obras que é necessário corrigir.

O Senhor Eng.º. Jorge Vieira, Director do Departamento de Obras e Planeamento disse que irá recorrer-se à caução no âmbito do contrato, pelo que se o seu valor for insuficiente, terá que ser assumido pela Câmara uma vez desconhecer o mecanismo para o recuperar.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse entender que seria de todo conveniente que se sensibilizasse os empreiteiros para que não fosse a Câmara a suportar despesas que não são da sua responsabilidade.

O Senhor Presidente disse comungar da opinião manifestada, pelo que iria proceder-se nesse sentido responsabilizando-se, nestes casos, os empreiteiros.

**A Câmara, com as abstenções dos Senhores Vereadores José Pinto e Joaquim Matias, deliberou accionar a caução prestada no contrato de empreitada de reabilitação de dois imóveis municipais sitos na Rua João Mendes Alçada Paiva e Rua Gregório Baltazar celebrado com a empresa TECNAT-Tecnologias de Acabamentos, Lda., e, tendo em vista a correcção das anomalias existentes que não**

**ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

**foram corrigidas pelo empreiteiro, encarregar os serviços para procederem à consulta do mercado para o efeito.**



**ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

**5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO**

**Não foram agendados assuntos.**

**5.4 - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

**a) Processo de obras particulares n.º 121/09 – Calçada de São Martinho, n.º 32 a 34 – Covilhã – Devolução de caução**

Presente informação da Divisão de Gestão Urbanística, com data de 06/06/2014, respeitante ao pedido de devolução do valor de 3.750,00 € correspondente à caução prestada pela utilização de espaço público aquando da realização das obras particulares a que se refere o proc.º de obras n.º 121/09 – Calçada de São Martinho, n.º 32 a 34 – Covilhã, formulado por José Nunes Bento, Rui Daniel Ramos Martins e Cristóvão Candeias, Sociedade Civil Irregular, na qual é emitido parecer favorável à pretensão.

**A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e tendo por base a informação técnica, deliberou autorizar a devolução do valor de 3.750,00 € correspondente à caução prestada em dinheiro, conforme recibo n.º 505 de 24/01/2012, pela utilização de espaço público aquando da realização das obras particulares a que se refere o proc.º de obras n.º 121/09 – Calçada de São Martinho, n.º 32 a 34 – Covilhã, titulado em nome de José Nunes Bento, Rui Daniel Ramos Martins e Cristóvão Candeias, Sociedade Civil Irregular.**

**5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACCÇÃO SOCIAL E SAÚDE**

**a) Habitação Social**

**Atribuição de habitações**

Presente as informações n.ºs 294/2014, 295/2014, 296/2014 e 297/2014, datadas de 13/06/2014, do Serviço de Habitação, propondo a atribuição de habitações sociais aos munícipes identificados no quadro seguinte:

<b>Munícipe</b>	<b>Locado</b>	<b>Localização</b>	<b>Tipo</b>
Jorge Manuel do Carmo Correia	Bairro do Cabeço, Bloco 9 – 3.º Dt.º	Tortosendo	T2
José Maria de Jesus Fernandes	Urbanização das Nogueiras, Bloco 11 – r/c Dt.º	Teixoso	T2
Ana Paula Martins Barroso Fernandes	Bairro do Cabeço, Bloco 4 – 3.º Esq.º	Tortosendo	T2
Lucília Gonçalves Moreira	Bairro do Cabeço, Bloco 7 – 1.º Frt.º	Tortosendo	T1

**A Câmara, por unanimidade e nos termos das informações do serviço, deliberou atribuir habitações sociais a Jorge Manuel do Carmo Correia, José Maria de Jesus Fernandes, Ana Paula Martins Barroso Fernandes e Lucília Gonçalves Moreira.**

## 5.6 - DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

### a) Protocolos de apoio

#### - Grande Roda – Associação Cultural, Desportiva e Actividades de Lazer

Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 13/06/2014, propondo a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Grande Roda – Associação Cultural, Desportiva e Actividades de Lazer, tendo como objecto apoiar as actividades culturais por si desenvolvidas, nomeadamente a realização e participação em Encontros de Grupos de Musica Tradicional Portuguesa, atribuindo um valor de 500,00 €.

O Senhor Vereador José Pinto disse ir votar favoravelmente todos os protocolos constantes deste ponto da ordem de trabalhos, lamentando no entanto a ausência de informação completa relativamente ao objecto dos protocolos que sustentem as actividades a levar a efeito, os *timings* da sua realização, os seus destinatários, a sua abrangência, os montantes pecuniários e apoios logísticos envolvidos, critérios que, segundo disse, permitiriam no futuro, ajudar os eleitos a uma avaliação dos efeitos que tais decisões produziram e aquilatar do seu real valor.

Seguidamente referiu-se ao protocolo sobre as hortas sociais a implantar junto ao agrupamento de habitação social na povoação de Teixoso, a celebrar com a União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo e com a Beira Serra e que, segundo disse, foi tratado com maior antecedência, não tendo no entanto ainda sido presente à Câmara para deliberação, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto, nomeadamente por parte do Senhor Vereador do Pelouro.

O Senhor Vereador Joaquim Matias sugeriu que neste tipo de protocolos se assegurasse também a disponibilidade das associações em colaborar e cooperar nas actividades do Município no âmbito cultural, desportivo, recreativo, social e outras.

O Senhor Presidente disse que existe por parte do movimento associativo uma grande e forte disponibilidade para colaborar em iniciativas do Município, o que aliás tem sido bem patente ao longo dos oito meses do mandato, em que instituições da mais diversa índole têm participado activamente em actividades promovidas pelo Município, de forma graciosa e empenhada, pelo que essa obrigação está implícita no apoio que é dado às associações uma vez que, e obviamente, o Município também é ajudado por essas associações.

Relativamente ao protocolo das hortas sociais, o Senhor Presidente informou que o assunto iria ser presente à Câmara na próxima reunião.

O Senhor Vereador Nelson Silva disse concordar que os protocolos venham sempre acompanhados de informação de suporte, chamando no entanto a atenção para a continuada ausência de critérios quanto à atribuição de subsídios, matéria que havia sido já discutida em Janeiro e continua a verificar-se na presente data; que com critérios bem definidos seria este método que, em sua opinião, permitiria decidir-se sem qualquer questão.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

O Senhor Vereador José Pinto reforçou a necessidade de estabelecerem-se critérios de atribuição de apoios às actividades desportivas, culturais e outras realizadas pelas associações e outras instituições, baseados no conhecimento e no trabalho por elas desenvolvido, esporádica ou continuamente, uma vez isso poder permitir, inclusivamente, uma continuidade na programação da atribuição desses apoios e ser-se mais rigoroso na aplicação dos dinheiros públicos.

O Senhor Vereador Jorge Torrão disse comungar das preocupações manifestadas, referindo que as relações anteriormente existentes, entre a Administração municipal e os agentes do associativismo que operam nestas áreas, eram muito confusas, nalguns casos casuísticas, outras sob pressão e sustentadas em relações de natureza político-partidárias. Que, todavia, através do diálogo consciente e sistemático com os dirigentes e agentes do associativismo a situação tenderia a modificar-se para um sistema de governação diferente, na qual disse estar seriamente empenhado com muita lealdade e compromisso profissional nesta área, e também a nível documental.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que respondia por si até 2 de Janeiro de 2006, dado que, segundo disse, sempre que era dado um apoio a uma instituição era feito sempre um protocolo desta natureza, cujo testemunho poderia ser confirmado nos arquivos da Câmara.

O Senhor Vereador Nelson Silva referiu que era precisamente por haver tanta subjectividade nesta matéria, cuja experiência do passado não ser a mais simpática, que a questão dos critérios se torna mais relevante e motivo de preocupação que, segundo disse, pensava ser transversal a toda a Vereação, nomeadamente por falta de critérios de racionalidade que ajudem a decidir em termos de equidade, moral e politicamente este tipo de situações e para o que vinha insistindo na sua definição.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Grande Roda – Associação Cultural, Desportiva e Actividades de Lazer, tendo como objecto apoiar as actividades culturais por si desenvolvidas, nomeadamente a realização e participação em Encontros de Grupos de Musica Tradicional Portuguesa, atribuindo um valor de 500,00 €.**

### **- Associação Sócio Cultural do Rancho Folclórico da Borrallheira**

Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 13/06/2014, propondo a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação Sócio Cultural do Rancho Folclórico da Borrallheira, tendo como objecto apoiar as actividades culturais por si desenvolvidas, nomeadamente a realização e participação em encontros e festivais de folclore, atribuindo um valor de 1.000,00 €.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação Sócio Cultural do Rancho Folclórico da Borrallheira, tendo como objecto apoiar as actividades**

culturais por si desenvolvidas, nomeadamente a realização e participação em encontros e festivais de folclore, atribuindo um valor de 1.000,00 €.

**- Grupo Desportivo e Recreativo Unidos do Lameirão**

Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 13/06/2014, propondo a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e o Grupo Desportivo e Recreativo Unidos do Lameirão, tendo como objecto apoiar as actividades recreativas e desportivas, atribuindo um valor de 2.500,00 €.

**A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e Grupo Desportivo e Recreativo Unidos do Lameirão, tendo como objecto apoiar as actividades recreativas e desportivas, atribuindo um valor de 2.500,00 €.**

Concluída a apreciação dos assuntos da ordem de trabalhos e antes de dar por encerrada a reunião, o Senhor Presidente disse querer apresentar duas notas finais importantes.

A primeira de agradecimento aos Senhores Vereadores pelo facto de terem sido muito parcimoniosos no uso do tempo de intervenção, assim como o esforço de capacidade de síntese e objectividade na discussão de todos os assuntos agendados.

A segunda relacionada com o funcionário Senhor Fernando Quelhas que por motivo de aposentação vai desligar-se do serviço no próximo mês, tendo proferido as seguintes palavras: “O nosso querido funcionário e ilustre amigo Fernando Quelhas, que está a secretariar esta sessão, está a fazê-lo pela última vez. Eu sou particular amigo dele, reconheço nele um grande zelo, uma grande dedicação, uma grande abnegação, um espírito de missão que já não se vê, pouco se vê, infelizmente, no funcionalismo público. Ele é um exemplo de dedicação, de probidade, de empenho, de uma educação e de uma correcção extrema. Com ele todos aprendemos, acho que nenhum dos que aqui está dirá o contrário, bem como os colegas dele, ele é um homem estudioso, sempre foi um estudioso das questões do Município, de toda a legislação atinente ao funcionamento de uma Câmara Municipal; ele conhece como os dedos das mãos, a Câmara Municipal da Covilhã, tem uma visão global, minuciosa, crítica, no bom sentido do termo, ele tem sempre uma ideia para cada assunto, porque o viveu intensamente ao longo dos anos e se é verdade que eu fico satisfeito por ele, merecidamente, ir agora disfrutar da sua reforma, por outro fico profundamente triste, porque o Município fica mais pobre, porque lhe é amputado um dos seus mais valiosos elementos de colaboração e de trabalho. Por isso, prezado amigo e permita-me que o trate informalmente desta forma, em nome da Câmara Municipal da Covilhã, de todo o Executivo, dos seus colegas e dos munícipes da Covilhã, desejo que tenha uma longa vida, que seja feliz e que desfrute da sua reforma. Obrigado por tudo.”

## I - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pelo público presente à reunião foram feitas as seguintes intervenções:

. **Carlos Barroca**, da Covilhã, que informou sobre a conclusão da limpeza do quintal anexo à sua residência, mas que os problemas de humidade dentro de casa ainda estão por resolver, questionando para quando o arranjo da mesma.

O Senhor Presidente deu indicação ao Senhor Eng.º Jorge Vieira, Director do Departamento de Obras e Planeamento para proceder ao levantamento da situação para posterior resolução dos problemas existentes.

. **António Alves**, da Covilhã, que informou da existência de um muro que caiu para a via pública, em Santo António, há cerca de ano e meio e que o proprietário até à data ainda não reparou, situação que é causadora de inúmeros problemas aos residentes, que poderá agravar-se caso seja necessário recorrer-se a serviços de emergência.

O Senhor Presidente deu indicações ao Senhor Eng.º Jorge Vieira, Director do Departamento de Obras e Planeamento para ir ao local verificar a situação para posterior resolução.

## **ACTA DA REUNIÃO DE 20/06/2014**

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

### **VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

### **ENCERRAMENTO**

Pelas 11,00 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

### **MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS**

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 16.340,01 €.

**O Presidente,** \_\_\_\_\_

**A Directora do Departamento de Administração Geral** \_\_\_\_\_